

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – JUNHO DE 2022

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (Banco ou BIB) submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2022, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, examinadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico: Ao final de 2021, a política monetária começou a ser apertada na maioria dos países. E no encerramento do 1º semestre de 2022 o cenário de preocupação com as pressões inflacionárias continuou, em especial após a divulgação de dados acima do esperado nos Estados Unidos e na Europa. Nos EUA, o FED acelerou o ritmo de aumento da taxa de juros, surpreendendo o mercado. E comunicou que uma nova alta de 0,75% é possível na sua próxima reunião. Na Europa, a atividade econômica se mostrou pior de forma geral. Com a trajetória altista da inflação global, membros do Banco Central Europeu sugerem início do aperto monetário para as próximas reuniões. Na China, o movimento foi contrário ao do ocidente, onde os dados indicaram a retomada das atividades, refletindo as medidas fiscais e monetárias expansionistas anunciadas pelo governo e a reabertura de cidades relevantes como Pequim e Xangai. No cenário doméstico, em sua última reunião de junho, o COPOM aumentou a taxa de juros em 0,5%, indo de 12,75% para 13,25%, entendendo que a decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para ao redor da meta. No campo fiscal, o Senado aprovou uma Emenda Constitucional (EC) que distribui benefícios para a população mais carente a partir de agosto. Essa EC lavará a maior pressão sobre a inflação no curto prazo e a maior demanda principalmente ao setor de serviços. Para o cenário político, teremos eleição presidencial. Com os esforços voltados para as campanhas, as reformas estruturais necessárias que o país precisa para ter um ambiente seguro e atrativo de negócios não devem avançar em 2022.

Perfil de Atuação: O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo. A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis. A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir *funding* competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do semestre representava 128,3% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 13,2%.

Desempenho: O BIB registrou lucro líquido de R\$ 46,4 milhões no primeiro semestre de 2022, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) anualizado de 14,2% no período. O patrimônio líquido, no encerramento do semestre, atingiu o saldo de R\$ 664,8 milhões.

Crédito: A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 4.540,1 milhões, representando queda de 1,9%, quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 4.732,3 milhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 0,6% da carteira ao final do semestre, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias. O segmento de *middle market*, encerrou o semestre com um volume de R\$ 3.959,9 milhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, apresentou um aumento, totalizando R\$ 580,2 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações: As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 5.194,7 milhões no final do semestre, representando crescimento de 14,8% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da Instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo, interfinanceiros e letras financeiras. Tais carteiras atingiram, no encerramento do semestre, o saldo de R\$ 3.809,8 milhões, representando crescimento de 13,5% em relação ao mesmo período de 2021.

Governança Corporativa: Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e *Compliance* adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – JUNHO DE 2022

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas, a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da Instituição, através de seus Agentes Setoriais de *Compliance*, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de *Compliance* e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de *rating*. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agridem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos. Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes. O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos, encontram-se aderentes às referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações, está disponível no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos: O Banco Industrial do Brasil encerrou o semestre com 298 colaboradores, incluindo 3 através de programa social e 34 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings: Seguem os *ratings* obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco:

• **Moody's:** Ba3 (Global) / A+ (Nacional) / Perspectiva Estável; • **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure:* Excelente.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial do Brasil e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	06.2022	12.2021
Disponibilidades	4	59.432	94.383
Instrumentos financeiros		5.778.650	5.797.335
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	883.274	784.854
Títulos e valores mobiliários	6	192.611	211.451
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.589	292
Operações de créditos	8	3.896.051	3.970.620
Outros instrumentos financeiros	12	803.125	830.118
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(42.867)	(30.563)
Ativo fiscal diferido	13	69.077	57.684
Outros ativos	14	139.914	142.771
Investimentos em participações em controladas	15	20.733	9.937
Imobilizado de uso	16	50.982	50.452
(-) Depreciações e amortizações	16	(9.984)	(8.227)
TOTAL DO ATIVO		6.065.937	6.113.772
PASSIVO	Nota	06.2022	12.2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		5.202.105	5.298.469
Instituições financeiras	17	1.844.053	1.882.427
Outros clientes	17	3.350.681	3.415.148
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.303	615
Outros passivos instrumentos financeiros passivos	11	6.068	279
Provisões		106.231	101.285
Contingências	18	105.345	100.650
Outras	18	886	635
Obrigações fiscais diferidas		2.006	455
Outros passivos	19	90.763	67.647
Patrimônio líquido		664.832	645.916
Capital social	20	387.448	387.448
Reservas	20	299.046	273.165
Outros resultados abrangentes		(21.662)	(14.697)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.065.937	6.113.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

SEMESTRES FINDOS EM 31 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	06.2022	06.2021
Receitas da intermediação financeira		<u>457.127</u>	<u>248.965</u>
Operações de crédito	8f	296.382	184.070
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6e	58.027	15.995
Resultado de operações de câmbio	11	102.718	48.900
Despesas da intermediação financeira		<u>(318.805)</u>	<u>(103.219)</u>
Operações de captação no mercado	17c	(217.754)	(60.814)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(81.567)	(37.227)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(19.484)	(5.178)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>138.322</u>	<u>145.746</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		<u>(20.118)</u>	<u>(22.899)</u>
Operações de créditos	9	(20.118)	(22.899)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(54.331)</u>	<u>(61.960)</u>
Receitas de prestação de serviços		5.434	5.127
Receitas de tarifas bancárias		6.144	3.110
Resultado de participações em controladas	15	1.807	164
Despesas de pessoal	21	(39.826)	(34.804)
Outras despesas administrativas	22	(25.155)	(19.446)
Despesas tributárias	23	(11.318)	(10.445)
Outras receitas / despesas operacionais	24	8.583	(5.666)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>63.873</u>	<u>60.887</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(17.492)</u>	<u>(24.455)</u>
Provisão para imposto de renda		(13.014)	(19.052)
Provisão para contribuição social		(10.661)	(15.558)
Ativo fiscal diferido		6.183	10.155
Lucro líquido do semestre		<u>46.381</u>	<u>36.432</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>261,82</u>	<u>205,66</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021*(Em milhares de Reais)*

	<u>06.2022</u>	<u>06.2021</u>
Lucro líquido do semestre	<u>46.381</u>	<u>36.432</u>
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	(6.965)	1.177
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(11.577)	2.897
Impostos sobre valor justo	5.210	(1.304)
Variação cambial sobre agência Bahamas	<u>(598)</u>	<u>(416)</u>
Resultado abrangente do semestre	<u>39.416</u>	<u>37.609</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Capital a realizar		Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		372.222	16.300	(2.445)	73	29.619	190.044	(12.975)	-	592.838
Retificação de aumento de capital AGE 16/04:										
Reversão do aumento de capital AGE 30/12		-	(16.300)	2.445	-	-	-	-	-	(13.855)
Aumento de capital AGE 16/04		-	13.855	-	-	-	(2.930)	-	-	10.925
Ajuste JCP		-	-	-	-	-	9.813	-	-	9.813
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	-	-	1.177	-	1.177
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	36.432	36.432
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	1.822	-	-	(1.822)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	21.610	-	(21.610)	-
Remuneração do capital próprio	20c	-	-	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)
Saldos em 30 de junho de 2021		<u>372.222</u>	<u>13.855</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>31.441</u>	<u>218.537</u>	<u>(11.798)</u>	<u>-</u>	<u>624.330</u>
Mutações no semestre		<u>-</u>	<u>(2.445)</u>	<u>2.445</u>	<u>-</u>	<u>1.822</u>	<u>28.493</u>	<u>1.177</u>	<u>-</u>	<u>31.492</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		387.448	-	-	73	33.346	239.746	(14.697)	-	645.916
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	-	-	(6.965)	-	(6.965)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	46.381	46.381
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	2.319	-	-	(2.319)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	23.562	-	(23.562)	-
Remuneração do capital próprio	20c	-	-	-	-	-	-	-	(20.500)	(20.500)
Saldos em 30 de junho de 2022		<u>387.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>35.665</u>	<u>263.308</u>	<u>(21.662)</u>	<u>-</u>	<u>664.832</u>
Mutações no semestre		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.319</u>	<u>23.562</u>	<u>(6.965)</u>	<u>-</u>	<u>18.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>06.2022</u>	<u>06.2021</u>
Lucro Líquido Ajustado do Semestre	<u>65.981</u>	<u>68.283</u>
Lucro líquido do semestre	46.381	36.432
Depreciações	1.757	1.627
Resultado de participações em controladas	(1.807)	(164)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.118	22.899
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M.	(6.965)	1.177
Provisões	4.946	6.310
Impostos diferidos	1.551	2
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	<u>97.234</u>	<u>(614.456)</u>
Títulos e Valores Mobiliários	18.840	(21.896)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.297)	85
Operações de crédito	66.755	(151.161)
Outros instrumentos financeiros	26.993	(432.466)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(11.393)	(8.852)
Outros ativos	(664)	(166)
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	<u>(73.248)</u>	<u>382.937</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros	(96.364)	315.087
Outros passivos	13.610	37.521
Impostos pagos	9.506	30.329
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais	<u>89.967</u>	<u>(163.236)</u>
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	<u>(5.998)</u>	<u>10.498</u>
Aquisição / alienação de investimentos	(8.989)	(201)
Aquisição / alienação de bens não de uso	3.521	12.307
Aquisição / alienação de imobilizado de uso	(530)	(1.608)
Caixa Líquido (Proveniente) / Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(20.500)</u>	<u>(6.117)</u>
Remuneração de capital próprio	(20.500)	(13.000)
Efeito da retificação AGE 16/04	-	(2.930)
Ajustes JCP Dez/2020	-	9.813
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>63.469</u>	<u>(158.855)</u>
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	879.237	517.687
No fim do semestre	<u>942.706</u>	<u>358.832</u>
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>63.469</u>	<u>(158.855)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022***(Em milhares de Reais)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco" ou "BIB") é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras individuais do Banco Industrial do Brasil S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Conforme Artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração em 28 de julho de 2022.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das Demonstrações Financeiras são os seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias a partir da data de aplicação e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativo fiscal diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Substancialmente, as operações da agência no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Ativos**• Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acréscimo dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme descrito a seguir:

Títulos e Valores Mobiliários

- Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.
- Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acréscimos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos públicos, ações e debêntures estão classificadas na categoria "disponíveis para a venda" e possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do Patrimônio Líquido.

• Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Banco estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022***(Em milhares de Reais)*

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC 46 / Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração.

O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Demonstrações Financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

• Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como "hedge" de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, considerando a parte efetiva do hedge, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

• Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as operações cedidas para o Banco sem coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

• Outros Ativos: Outros valores e bens – Bens não de uso

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

• Outros Ativos: Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Representado, basicamente, por comissões pagas a consultores externos em razão de contratação de linhas externas.

• Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda, o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

• Investimentos em participações em controladas

Os investimentos em controladas, nas Demonstrações Financeiras são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável.

O título de sócio efetivo não patrimonial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão é avaliado pelo valor patrimonial, informado pela respectiva bolsa.

• Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens às taxas de 4% (vida útil de 25 anos), 10% (vida útil de 10 anos) e 20% (vida útil de 5 anos) para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

g. Passivos**• Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

• Outros passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009. Para as cíveis o Banco adota a metodologia de média histórica, calculada, levando em consideração as perdas e ganhos dos últimos 36 meses, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 18); e

• **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 18).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP") que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. O Banco está analisando os impactos, porém não se espera que os mesmos sejam relevantes para as demonstrações financeiras.

j. Avais e fianças

Os avais e fianças prestados pela Instituição são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros.

De acordo com a Resolução do BACEN nº 4.512/2016, as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

k. Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disso, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que os ganhos de capital auferidos na desmutualização da CIP no montante de R\$ 4.825 são definidos como não recorrentes e o restante no montante de R\$ 41.556 em junho de 2022 o lucro líquido de 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 36.432 são considerados recorrentes.

4. DISPONIBILIDADES

	06.2022	12.2021
Moeda Nacional	191	212
Moeda Estrangeira	59.241	94.171
Total	59.432	94.383

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Aplicações no mercado aberto

Até 30 dias

Posição Bancada

Letras Financeiras do Tesouro	399.996	700.123
Letras do Tesouro Nacional	192.999	28.000
Notas do Tesouro Nacional	199.997	-
Debêntures	515	-
Subtotal (1)	793.507	728.123

Posição Financiada

Debêntures	4.507	-
Subtotal (2)	4.507	-

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Até 30 dias	1.025	-
De 181 a 360 dias	84.235	56.731
Subtotal (3)	85.260	56.731

Total de aplicações interfinanceiras de liquidez (1+2+3)

	883.274	784.854
--	----------------	----------------

Circulante

	883.274	784.854
--	----------------	----------------

b. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	41.598	8.993
Posição financiada	750	305
Rendas de aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.525	-
Total	44.873	9.298

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Diversificação por tipo

	06.2022	12.2021
Títulos e valores mobiliários		
Carteira própria	151.090	169.013
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	25.522	19.901
Debêntures	2.812	3.703
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	48.301	47.691
Cotas de Fundos	1.738	1.639
Ações e Cotas	5.177	5.177
Títulos e Valores Mobiliários Exterior (i)	67.540	90.902
Vinculados à operações compromissadas	5.271	7.086
Debêntures	5.271	7.086
Vinculados à prestação de garantia	36.250	35.352
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	36.250	35.352
Total	192.611	211.451
Circulante	8.015	71.067
Não Circulante	184.596	140.384

(i) Os títulos e valores mobiliários no exterior são compostos basicamente, por títulos de empresas estatais sediadas no Brasil emitidos por bancos no exterior como renda fixa no valor total de R\$ 37.512 (31/12/2021 – R\$ 29.010) e outros títulos de renda fixa no valor de R\$ 30.028 (31/12/2021 – R\$ 61.892).

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

b. Diversificação por prazo

	06.2022	12.2021
Sem vencimento	6.915	6.816
Até 3 meses	686	64.194
A vencer entre 3 e 12 meses	414	57
A vencer entre 12 e 36 meses	120.671	84.235
A vencer entre 60 e 180 meses	26.127	24.803
Acima de 180 meses	37.798	31.346
Total da carteira	192.611	211.451
Circulante	8.015	71.067
Não Circulante	184.596	140.384

c. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	06.2022	12.2021
	Disponíveis para venda	Disponíveis para venda
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	61.772	55.253
Cotas de Fundos	1.738	1.639
Debêntures	8.083	10.789
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	48.301	47.691
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	67.540	90.902
Ações e Cotas	5.177	5.177
Total da carteira	192.611	211.451

d. Valor de mercado dos títulos

Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	06.2022		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	61.825	61.772	(53)
Debêntures (ii)	46.727	8.083	(38.644)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (iii)	48.301	48.301	-
Cotas de Fundos (i)	1.738	1.738	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	72.903	67.540	(5.363)
Ações e Cotas (iii)	5.177	5.177	-
	236.671	192.611	(44.060)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	12.2021		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	55.319	55.253	(66)
Debêntures (ii)	44.224	10.789	(33.435)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (ii)	47.691	47.691	-
Cotas de Fundos (i)	1.639	1.639	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	89.883	90.902	1.019
Ações e Cotas (iii)	5.177	5.177	-
	<u>243.933</u>	<u>211.451</u>	<u>(32.482)</u>

- (i) O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, Títulos e Valores Mobiliários Exterior e Cotas de Fundos, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.
- (ii) O valor de mercado das Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos, que utilizam referenciais de mercado. Portanto, classificados como Nível 2.
- (iii) Está incluído nesse nível, os instrumentos de patrimônio (quotas) de outra entidade, classificado como Nível 3.

e. Resultado com títulos e valores mobiliários

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez	44.873	9.298
Rendas de aplicações em moeda estrangeira	2.648	1.288
Títulos de renda fixa	10.406	5.396
Aplicações em fundos de investimentos	100	13
Total	<u>58.027</u>	<u>15.995</u>

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP).

Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários e classificados como nível 1.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de *hedge*.

Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco.

Controles de gerenciamento de risco

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de *hedge*. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de *hedge* necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração.

As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

a. Posição

Operações de swap:

	06.2022			
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	212.227	230.036	(227.750)	2.286
Total	<u>212.227</u>	<u>230.036</u>	<u>(227.750)</u>	<u>2.286</u>
	12.2021			
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	66.635	75.148	(70.361)	(323)
Total	<u>66.635</u>	<u>75.148</u>	<u>(70.361)</u>	<u>(323)</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

Operações de futuro:

	06.2022		12.2021	
	Valor referencial		Valor referencial	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*):				
Valor referencial				
Taxa de juros - DI	-	1.588.734	-	1.926.510
Moeda	101.445	-	341.953	109.654
	101.445	1.588.734	341.953	2.036.164

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas ("hedge") – vide Nota Explicativa nº 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

	06.2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	(31)	(24)	2.341	2.286
Mercado futuro:				
Valor referencial				
Posição comprada	-	101.445	-	101.445
Posição vendida	1.380.397	208.337	-	1.588.734
	12.2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	(73)	(104)	(146)	(323)
Mercado futuro:				
Valor referencial				
Posição comprada	193.971	147.982	-	341.953
Posição vendida	1.479.145	557.019	-	2.036.164

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado.

As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

	06.2022	12.2021
Letras do Tesouro Nacional	33.211	32.478
Cartas de Fiança	35.000	35.000
Total	68.211	67.478

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Operações de swap	2.872	(142)
Contratos futuros	(22.356)	(5.036)
Total	(19.484)	(5.178)

e. Posições de Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

O Banco apresenta 3 cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.

2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de Reais)

3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2022 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	101.445	(132.068)	(30.623)
Hedge (*) – Banking Pré	Taxa de Juros	(1.588.734)	2.205.771	617.037
Operações de crédito				
Total		(1.487.289)	2.073.703	586.414

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular BACEN nº 3.082/02.

II – Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo (R\$ mil)

Operação	Risco	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Hedge Cambial Dívida em moeda estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(30)	(731)	(1.451)
	Dívida (risco aumento US\$)	275	6.643	12.868
	Efeito Líquido	245	5.912	11.418
Hedge Banking PRÉ Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	234	5.748	11.297
	Créditos (risco aumento Selic)	(2.728)	(64.440)	(121.928)
	Efeito Líquido	(2.494)	(58.692)	(110.631)
	Efeito Líquido - Total	(2.249)	(52.780)	(99.213)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Book Cambial	Queda da moeda estrangeira	(30.623)	245	5.912	11.418
Book Pré	Alta do CDI	617.037	(2.494)	(58.692)	(110.631)
	Efeito Líquido Total	586.414	(2.249)	(52.780)	(99.213)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO

a. Diversificação por produto

	06.2022	12.2021
Setor privado:		
Contas garantidas	115.400	89.706
Operações em moedas estrangeiras	551.310	493.663
Capital de giro	1.587.651	1.557.263
Vendor	6.838	9.580
Direitos creditórios	4.072	15.631
Crédito consignado	580.163	532.650
CDC equipamentos	9.794	10.654
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	632.214	685.180
Rendas a receber adiantamentos concedidos (*)	11.811	16.336
Devedores por compra de valores e bens	34.461	42.414
Compra de ativos (**)	1.006.362	1.219.059
Total antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.540.076	4.672.136
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(42.867)	(30.563)
Total geral	4.497.209	4.641.573
Circulante	3.361.333	3.512.311
Não Circulante	1.135.876	1.129.262

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

(*) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio e as rendas a receber de adiantamentos concedidos estão registradas no balanço na rubrica "Outros instrumentos financeiros passivos" (vide Nota Explicativa nº 11).

(**) Essas operações são classificadas sem coobrigações por parte do cedente, pois na compra dos ativos houve a transferência dos riscos e benefícios das operações.

As operações de crédito de atacado contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, duplicatas etc.

b. Diversificação por atividade

	06.2022	12.2021
Setor privado:		
Indústria	1.197.932	1.077.958
Comércio	1.416.978	1.785.470
Intermediários financeiros	28	430
Serviços	1.327.960	1.275.782
Pessoas físicas	597.178	532.496
Total da carteira	4.540.076	4.672.136

c. Diversificação por prazo

	06.2022	12.2021
Setor privado:		
Vencidas	78.536	74.150
A vencer em até 3 meses	1.636.682	2.013.387
A vencer entre 3 e 12 meses	1.646.116	1.447.901
A vencer entre 12 e 36 meses	867.535	852.401
A vencer entre 36 e 60 meses	182.709	175.189
A vencer acima de 60 meses	128.498	109.108
Total da carteira	4.540.076	4.672.136

d. Cessão de crédito

Durante o 1º semestre de 2022 não foram realizadas operações de cessão e créditos. No 1º semestre de 2021 foram cedidas operações de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 16.464 com sociedades não ligadas, pelo valor de R\$ 11.525, que geraram uma perda no montante de R\$ 4.939.

e. Concentração do crédito

	06.2022		12.2021	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	106.575	2,35%	108.455	2,32%
10 maiores devedores	716.705	15,79%	826.475	17,69%
20 maiores devedores	1.150.466	25,34%	1.309.298	28,02%
50 maiores devedores	1.952.939	43,02%	2.125.428	45,49%
100 maiores devedores	2.616.624	57,63%	2.737.863	58,60%

f. Resultado das operações de crédito

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Operações de crédito		
Rendas de empréstimos	177.987	128.289
Rendas de financiamentos	-	7
Rendas de direitos creditórios	75.544	44.239
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.980	6.379
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	38.871	14.353
Despesa de cessão de crédito	-	(9.197)
Total de receitas com operações de crédito	296.382	184.070

9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação líquida da provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito foi a seguinte:

	06.2022	12.2021
Saldo no início do período	(30.563)	(39.382)
Constituição líquida de provisão	(20.118)	(22.899)
Baixa para prejuízo	7.814	6.729
Saldo no fim do período	(42.867)	(55.552)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

06.2022						
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das operações			Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		Curso normal	Atraso	Total	Total	
AA	0,0	3.078.992	-	3.078.992		
A	0,5	1.112.780	-	1.112.780	5.563	
B	1,0	202.415	4.041	206.456	2.064	
C	3,0	31.484	6.374	37.858	1.135	
D	10,0	23.463	41.425	64.888	6.488	
E	30,0	4.382	6.047	10.429	3.129	
F	50,0	885	3.233	4.118	2.059	
G	70,0	877	6.210	7.087	4.961	
H	100,0	6.262	11.206	17.468	17.468	
Total da carteira		4.461.540	78.536	4.540.076	42.867	
12.2021						
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das operações			Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		Curso normal	Atraso	Total	Total	
AA	0,0	3.400.657	-	3.400.657	-	
A	0,5	996.671	-	996.671	4.983	
B	1,0	137.620	3.727	141.347	1.413	
C	3,0	31.951	15.078	47.029	1.410	
D	10,0	6.998	48.366	55.364	5.536	
E	30,0	4.823	8.758	13.581	4.074	
F	50,0	1.077	4.571	5.648	2.824	
G	70,0	1.614	3.437	5.051	3.535	
H	100,0	3.496	3.292	6.788	6.788	
Total da carteira		4.584.907	87.229	4.672.136	30.563	

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 3.980 no primeiro semestre de 2022 (R\$ 6.379 em 2021). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 39.568 em 2022 (R\$ 63.689 em 2021). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito.

10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CRÉDITOS VINCULADOS

Composição do saldo

O saldo de créditos vinculados estava assim representado:

	06.2022	12.2021
Serviço de compensação	8.807	-
Compulsório reserva PIX	1.407	594
Compulsório sobre depósito à vista	482	999
Compulsório microcréditos	2.596	2.488
Circulante (Ne12)	13.292	4.081

11. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CARTEIRA DE CÂMBIO

	06.2022	12.2021
Câmbio comprado a liquidar	668.001	712.263
Direitos sobre venda de câmbio	2.989	-
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(24)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	11.811	16.336
	682.777	728.599

Passivo – Outros instrumentos financeiros passivo

Câmbio vendido a liquidar	3.002	-
Obrigações por compra de câmbio	635.281	685.458
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LA	(605.593)	(587.308)
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LE	(26.622)	(97.872)
	6.068	278

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Resultado de câmbio		
Rendas de câmbio	261.660	153.011
Despesas de câmbio	(158.942)	(104.111)
Total	102.718	48.900

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 11.867 em 30 de junho de 2022 (R\$ 11.071 em 31 de dezembro de 2021) estão registradas em contas de compensação.

12. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	06.2022	12.2021
Carteira de câmbio	682.777	728.599
Rendas a receber	439	188
Negociação e intermediação de valores	495	-
Adiantamentos e antecipações	2.944	1.752
Devedores por depósito em garantia	85.841	85.145
Imposto de renda a compensar	9.560	4.654
Opções por incentivos fiscais	271	271
Devedores diversos – País / exterior	7.359	5.281
Créditos vinculados (Ne10)	13.292	4.081
Diversos	147	147
Total	803.125	830.118
Circulante	802.854	744.973
Não Circulante	271	85.145

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

a. Natureza e origem do ativo fiscal diferido

	06.2022			12.2021		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.575	8.460	19.035	7.826	6.260	14.086
Marcação a mercado de TVM	11.015	8.812	19.827	8.121	6.496	14.617
Passivo contingente	17.210	13.005	30.215	16.575	12.406	28.981
Total	38.800	30.277	69.077	32.522	25.162	57.684

b. Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2022 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (i)
2022	8.389	7.893
2023	7.088	5.905
2024	2.236	1.649
2025	776	507
2026	50.588	29.245
	69.077	45.199

(i) Para descontar o ativo fiscal diferido a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 30 de junho de 2022 (1,02% a.m.).

c. Movimentação do ativo fiscal diferido

	06.2022	12.2021
Saldo no início no período	57.684	59.937
Constituição no período	16.549	19.798
Reversão / realização no período	(5.156)	(22.051)
Saldo no fim no período	69.077	57.684
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	10,39%	8,93%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de Reais)

d. Despesa com imposto de renda e contribuição social – controlador (acumulado)

	06.2022		12.2021	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	63.873	63.873	60.887	60.887
Remuneração do capital (JCP)	(20.500)	(20.500)	(13.000)	(13.000)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	43.373	43.373	47.887	47.887
Adições / exclusões	6.486	6.486	20.477	20.477
Resultado de equivalência patrimonial	(2.248)	(2.248)	(1.562)	(1.562)
Créditos baixados como prejuízo	(11.459)	(11.459)	(9.867)	(9.867)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.136	20.136	23.242	23.242
Passivos contingentes, cíveis / trabalhistas e fiscal	2.743	2.743	5.778	5.778
Ajuste a valor de mercado	(3.448)	(3.448)	(6)	(6)
Lucro no exterior	441	441	1.397	1.397
Doações	40	40	1.334	1.334
Outras inclusões / exclusões	281	281	161	161
Base de cálculo	49.859	49.859	68.364	68.364
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 20% (CS)	7.479	9.972	10.255	13.673
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	4.974	-	6.824	-
Incentivos fiscais	(301)	-	(423)	-
IR / CS Diferidos	862	689	1	1
Efeito ajuste JCP Dez./2020	-	-	2.395	1.884
Imposto de renda / contribuição social	13.014	10.661	19.502	15.558

14. OUTROS ATIVOS

Bens não de uso próprio

Imóveis

Despesas antecipadas

Despesas antecipadas (i)

Total

Circulante

Não Circulante

	06.2022	12.2021
Imóveis	138.293	141.814
Despesas antecipadas (i)	1.621	957
Total	139.914	142.771
Circulante	139.914	142.587
Não Circulante	-	184

(i) Representado, basicamente, por comissões pagas a consultores externos em razão de contratação de linhas externas.

15. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	06.2022			
	IB D.T.V.M.	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.963	4.772	-	-
Lucro / prejuízo líquido do exercício	150	1.658	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	149	1.658	-	1.807
Valor contábil dos investimentos	4.945	4.772	11.016 (*)	20.733
Operações realizadas em controladas (**)	-	-	-	-
Ativo:				
Disponibilidades	29	80	-	109
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.895	-	-	4.895
Títulos e valores mobiliários	-	6.375	-	6.375
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	257	287	-	544
Rendas de prestação de serviço	25	3.075	-	3.100
	12.2021			
	IB D.T.V.M.	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.777	2.672	-	-
Lucro / prejuízo líquido do exercício	27	615	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	27	615	-	642
Valor contábil dos investimentos	4.796	3.115	2.026 (*)	9.937
Operações realizadas em controladas (**)	-	-	-	-
Ativo:				
Disponibilidades	15	201	-	216
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.791	-	-	4.791
Títulos e valores mobiliários	-	4.728	-	4.728
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	204	150	-	354
Rendas de prestação de serviço	25	4.048	-	4.073

(*) Investimento para incentivos fiscais, títulos patrimoniais, cotas e obras de arte

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de Reais)

16. IMOBILIZADO DE USO

			06.2022		12.2021
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Imobilizações:					
Imóveis:					
Terreno	-	13.880	-	13.880	-
Outros:					
Móveis e equipamentos	10	3.610	(1.760)	3.448	(1.640)
Sistema de comunicação	20	408	(283)	403	(278)
Sistema de processamento de dados	20	5.168	(3.261)	4.805	(3.045)
Sistema de segurança	10	71	(71)	71	(71)
Aeronaves / Veículos	20	27.845	(4.609)	27.845	(3.193)
Total		50.982	(9.984)	50.452	(8.227)

17. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS CLIENTES

a. Diversificação por produto

	06.2022	12.2021
Depósitos à vista	165.088	124.750
Depósitos interfinanceiros	474.840	463.842
Depósitos a prazo	1.634.187	1.848.383
Operações compromissadas	10.644	7.026
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	1.762.288	1.644.393
Empréstimos no exterior (**)	821.602	780.647
Obrigações por repasses no exterior (***)	314.137	420.176
Outros recursos	11.948	8.358
Total	5.194.734	5.297.575

(*) Captações de recursos via Letras Financeiras – LTEL R\$ 221.526 (31/12/2021 – R\$ 209.403) com garantia via recebíveis da instituição financeira e Letras Financeiras R\$ 958.978 (31/12/2021 – R\$ 909.347), Letras de Crédito Imobiliário R\$ 97.337 (31/12/2021 – R\$ 89.576) e Letras de Crédito do Agronegócio R\$ 484.447 (31/12/2021 – R\$ 436.066).

(**) São compostos basicamente, por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até junho de 2023.

(***) Em 13 de julho de 2017, o Banco recebeu do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em 30 de junho de 2020, o Banco recebeu mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em dezembro de 2021, o Banco captou um novo empréstimo sênior junto ao DEG e Proparco (Société de Promotion et de Participation Pour la Coopération Economique S.A.) no valor de US\$ 40,0 milhões por 7 anos. Os recursos das três linhas com o DEG são destinados a empresas de médio porte, PMEs.

Todas essas linhas de crédito exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

b. Diversificação por prazo

	06.2022	12.2021
Sem vencimento	165.088	124.750
A vencer em até 3 meses	866.638	1.137.293
A vencer entre 3 e 12 meses	2.459.357	1.919.400
A vencer entre 12 e 36 meses	1.391.947	1.808.610
A vencer entre 36 e 60 meses	209.659	61.913
A vencer entre 60 e 180 meses	102.045	245.609
Total	5.194.734	5.297.575

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Operações de captações no mercado		
Depósitos interfinanceiros	26.560	7.160
Depósitos a prazo	93.883	30.739
Captações no mercado aberto	1.034	568
Letras de crédito do agronegócio	21.890	4.320
Letras de créditos imobiliários	5.067	986
Letras financeiras	66.983	15.116
Outros	2.337	1.925
Subtotal	217.754	60.814
Operações de empréstimos e repasses		
Despesa de obrigações com banqueiro no exterior	81.567	37.224
Obrigações por repasses no País	-	3
Subtotal	81.567	37.227
Total	299.321	98.041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de Reais)

18. PROVISÕES

O Banco Industrial é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e, (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia".

O Banco, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existem 10 casos de reclamações trabalhistas (15 casos – R\$ 4.968 em dezembro de 2021) e 29 de ações cíveis classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 1.925 e R\$ 4.682, respectivamente.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	06.2022	12.2021
Provisão para contingências	105.345	100.650
Trabalhistas	18.414	15.885
Outras contingências fiscais (*)	72.166	70.214
Cíveis (**)	14.765	14.551

(*) Outras Contingências Fiscais compreendem critérios de apuração de base de cálculo de PIS e COFINS, entre outros.

(**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

São concedidos créditos por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$192.209 (R\$157.249 em 31 de dezembro de 2021).

	06.2022	12.2021
Garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	3.903	5.210
Fornecimento de mercadorias	66.540	39.483
Distribuição de TVM por Oferta Pública	-	12.500
Processos judiciais	72.004	68.359
Fianças bancárias	49.762	31.697
Total	192.209	157.249
Provisão para garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	20	19
Fornecimento de mercadorias	330	104
Distribuição de TVM por Oferta Pública	-	63
Processos judiciais	337	337
Fianças bancárias	199	112
Total	886	635

c. Movimentação das provisões

	12.2021		06.2022		
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização / reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	100.650	2.743	-	1.952	105.345
Trabalhistas	15.885	2.529	-	-	18.414
Outras contingências fiscais	70.214	-	-	1.952	72.166
Cíveis	14.551	214	-	-	14.765
Provisão para garantias prestadas	635	251	-	-	886
Total provisão	101.285	2.994	-	1.952	106.231
	12.2020		06.2021		
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização / reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	91.257	8.824	-	569	100.650
Trabalhistas	11.808	4.077	-	-	15.885
Outras contingências fiscais	69.645	-	-	569	70.214
Cíveis	9.804	4.747	-	-	14.551
Provisão para garantias prestadas	687	-	(52)	-	635
Total provisão	91.944	8.824	(52)	569	101.285

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

19. OUTROS PASSIVOS

	06.2022	12.2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	644	1.044
Sociais e estatutárias	14.225	6.800
Fiscais e previdenciárias	28.543	15.402
Tributos sobre lucros a pagar	22.124	9.459
Impostos e contribuições a recolher	6.419	5.943
Negociação e intermediação de valores	-	4.852
Provisão para pagamentos a efetuar	16.469	16.685
Credores diversos – País / exterior	30.878	22.381
Diversas	4	483
Total	90.763	67.647
Circulante	90.763	67.647

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 30 de junho de 2022, o capital social de R\$ 387.448 (31/12/2021 – R\$ 387.448) do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas, sendo 117.604.977 ordinárias, pelo valor nominal de R\$ 3,282829 e 59.540.196 preferenciais, pelo valor nominal de R\$ 6,484308. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor.

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 2.319 (31/12/2021 – R\$ 3.748). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2022 atingiu o montante de R\$ 35.665 (31/12/2021 – R\$ 33.346).

Retenção de lucros – Reservas estatutárias

O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, à disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. O valor constituído de reserva estatutária em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 23.562 (31/12/2021 – R\$ 50.087). O saldo da reserva estatutária em 30 de junho de 2022 atingiu o montante de R\$ 263.308 (31/12/2021 – R\$ 239.746).

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor.

No primeiro semestre de 2022 foi deliberada a distribuição da remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 20.500 (R\$ 13.000 distribuídos no 1º semestre de 2021).

21. DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	2.593	2.762
Benefícios (i)	6.696	5.937
Encargos sociais	6.459	5.552
Proventos	23.951	20.400
Outros	127	153
Total	39.826	34.804

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale-transporte, entre outros.

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Água, energia e gás	397	327
Aluguéis	2.317	879
Comunicações	900	1.303
Manutenção e conservação de bens	883	1.290
Materiais	163	198
Processamento de dados	5.043	4.091
Promoções e relações públicas	1.860	978
Publicações	15	253
Seguros	55	80
Serviços do sistema financeiro	1.025	955
Serviços de terceiros	5.340	3.652
Serviços técnicos especializados	4.559	2.176
Transportes	125	140
Viagens	289	140
Depreciação	1.757	1.627
Outras despesas administrativas	427	1.357
Total	25.155	19.446

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Tributos Federais / Municipais	866	952
ISS	668	425
COFINS	6.737	7.393
PIS	1.095	1.201
Variação monetária	1.952	474
Total	11.318	10.445

24. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado 06.2022	Acumulado 06.2021
Outras receitas operacionais	12.023	1.862
Variação monetária ativa	2.224	711
Lucros na alienação de valores e bens	1.025	1.151
Ganhos de capital – CIP	8.774	-
Outras despesas operacionais	(3.440)	(7.528)
Provisões para contingências	(2.743)	(5.778)
Variações monetárias passivas	(251)	(56)
Prejuízo na venda de valores e bens	(400)	(360)
Doações	(46)	(1.334)
Total	8.583	(5.666)

25. INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 13,2% em 30 de junho de 2022 (13,5% em 31 de dezembro de 2021).

	Conglomerado	
	06.2022	12.2021
Patrimônio de referência	664.832	634.934
Patrimônio de referência nível I	664.832	634.934
Títulos patrimoniais	10	10
Patrimônio de referência para limite de imobilização	664.822	634.924
Patrimônio de referência (a)	664.832	634.934
Alocação de capital por risco		
RWAcpad – crédito	348.898	330.819
RWAcam – câmbio	17.194	3.574
RWAjur – mercado	4.785	6.123
RWAopad – operacional	33.603	34.671
Patrimônio de referência exigido (b)	404.480	375.187
Margem (a-b)	260.352	259.747
Rban - Juros carteira não negociável	(58.461)	(76.710)
Margem (a-b)	201.891	183.037
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	5.055.999	4.689.837
Índice de Basileia (a/c)	13,2%	13,5%

Por meio da Resolução nº 4.783/20 do BACEN, implantou-se uma nova metodologia de apuração do ACP-Conservação, tendo em vista os reflexos da pandemia do COVID-19:

- 1,25% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;
- 1,625% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;
- 2,00% sobre o RWA, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e
- 2,5% sobre o RWA, a partir de 1º de abril de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

26. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações do Banco. O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados ou não em contas patrimoniais, aproxima-se do valor que por eles poderia se obter através de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado.

Isso não se aplica aos itens a seguir, para os quais demonstramos o valor contábil e o respectivo valor que seria obtido no mercado ativo ou o valor presente do fluxo de caixa, que denominamos valor de mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Banco foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Banco não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

06.2022			
	Valor contábil	Valor de mercado	Ganho / (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito	4.540.076	4.677.050	136.974
Passivos			
Depósitos e captações	4.880.597	4.910.074	(29.477)
Recursos de repasses	314.137	316.196	(2.059)
Total			105.438

12.2021			
	Valor contábil	Valor de mercado	Ganho / (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito	4.672.136	5.005.779	333.643
Passivos			
Depósitos e captações	4.076.576	4.118.621	(42.045)
Recursos de repasses	420.176	451.252	(31.076)
Total			260.146

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e investimentos: baseiam-se em cotações de preços de mercado na data do balanço. Se não houvesse cotação de preços de mercado, os valores seriam estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Operações de crédito prefixadas: foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pelo Banco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

Depósitos e recursos de repasses: foram calculados mediante o desconto da diferença entre fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço.

Limitações: Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Garantias

O Banco na formalização de seus instrumentos financeiros não conta com garantias que possam ser vendidas ou penhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº 15 (Investimento em participações em Controladas e Coligadas).

Além desses valores, os depósitos a prazo, letras de crédito imobiliário, letra de crédito do agronegócio e debêntures com partes relacionadas totalizam R\$ 46.285 em 30 de junho de 2022 (R\$ 53.733 em 31 de dezembro de 2021) cujas taxas estão entre 90% a 110% do DI, com prazos de vencimento até outubro de 2025, operações de crédito no montante de R\$ 30.102 da TLMC Participação e Incorporação Ltda., R\$ 3.489 da Camacorp Visão Gráfica Ltda., R\$ 102 Instituto de Ensino

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022***(Em milhares de Reais)*

Superior Indaiatuba Ltda., R\$ 5.032 da River Participação e Incorporação e R\$ 670 de pessoas físicas em 30 de junho de 2022 (R\$ 4.165 da Camacorp Visão Gráfica Ltda. e R\$ 122 Instituto de Ensino Superior Indaiatuba em 31 de dezembro de 2021), as operações de crédito estão de acordo com a Resolução do BACEN nº 4.693/18. Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros (artigo 6º do Estatuto Social do Banco). No primeiro semestre de 2022, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$ 2.593 (R\$ 2.762 no primeiro semestre de 2021).

As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil "Despesas de honorários – Diretoria e Conselho de Administração". A remuneração da Administração foi fixada em R\$ 10.000 na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2015.

28. SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto à Chubb Seguros Brasil S.A., com vigência de 17 de junho de 2022 a 17 de junho de 2023, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.
- b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

30. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	06.2022	12.2021
No início do período	879.237	517.687
Caixa e equivalentes de caixa	879.237	517.687
No final do período	942.706	879.237
Caixa e equivalentes de caixa	942.706	879.237

As aplicações interfinanceiras de liquidez (aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira) caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalentes de caixa.

31. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os processos de gerenciamento de riscos foram implantados com base nas determinações do Banco Central do Brasil, recomendações dos Acordos de Basileia I, II e III e melhores práticas de mercado, levando em consideração a estrutura, a natureza e a complexidade das atividades da Instituição.

O detalhamento dos procedimentos, papéis e responsabilidades encontra-se descrito em políticas específicas, as quais devem abordar, minimamente, a identificação dos riscos, sua avaliação, monitoramento, controle e mitigação, ou os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores, quando especificados.

Para o devido gerenciamento dos diversos eventos de risco aos quais o Banco está exposto na execução de suas atividades, foram instituídas classes de riscos, estabelecidas segundo suas características predominantes, sendo elas: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco Socioambiental. Além desses o Banco estabeleceu outros tipos de abordagens de controles, observando os seguintes aspectos: Solvência, Rentabilidade, Gestão de Continuidade de Negócios, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e acompanhamento de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**A DIRETORIA****DALMO GOES - Contador**
CRC 1SP 144.600/O-2 - CPF 028.235.258-90

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Industrial do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), que compreende o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Industrial do Brasil S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de julho de 2022.



Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 'F' SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419